

Por Joana Oliveira

***Entidades afirmam que crédito de R\$ 7,3 bilhões não é suficiente para enfrentar o impacto orçamentário nas folhas de pagamento***

Aprovado pelo Congresso Nacional em 26/4 e [sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva](#) na última sexta-feira (12/5), o [PLN 5/23](#), que abre crédito de R\$ 7,3 bilhões no Orçamento de 2023 para o pagamento do [piso da enfermagem](#), não acabou com o embate em torno dos direitos da categoria. Pelo contrário, a medida parece ter acirrado as tensões: de um lado, entidades que representam enfermeiros e enfermeiras se articulam para que o piso passe a valer; de outro, entidades do setor privado, das santas casas e filantrópicas e de municípios argumentam que os recursos não são suficientes e reclamam medidas, como a desoneração da folhas de salários, para evitar demissões no setor.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** JOTA, em 15.05.2023